

# Estudo do Veto nº 47/2022

## PROGRAMA DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA FROTA RODOVIÁRIA NO PAÍS

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2022 (oriundo da MPV nº 1.112/2022)

### 3 dispositivos vetados

#### Autoria da matéria vetada:

- Presidência da República

#### Relatoria na Câmara:

- Deputado Da Vitoria (PP-ES): Parecer proferido em Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

#### Relatoria no Senado:

- Senador Luiz Pastore (MDB-ES): Parecer proferido em Plenário.

#### Ementa do projeto de lei vetado:

Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar); e altera as Leis nºs [9.478, de 6 de agosto de 1997](#), [9.503, de 23 de setembro de 1997 \(Código de Trânsito Brasileiro\)](#), [10.336, de 19 de dezembro de 2001](#), [10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), [10.865, de 30 de abril de 2004](#), [11.080, de 30 de dezembro de 2004](#), [11.442, de 5 de janeiro de 2007](#), [11.945, de 4 de junho de 2009](#), e [13.483, de 21 de setembro de 2017](#).

#### Síntese do Veto:

O veto incide sobre dispositivos que tratam de benefícios fiscais e creditícios para participantes do Programa Renovar.

**Estudo do Veto nº 47/2022**

DISPOSITIVO VETADO	<b>ITEM 47.22.001</b>
	"caput" do § 19 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 18 do projeto: <i>As pessoas jurídicas que contratam serviço de transporte de carga prestado por:</i>
ASSUNTO	Extensão do usufruto de crédito presumido referente à Cofins
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu <a href="#">Parecer Proferido em Plenário</a> , o Deputado Da Vitoria apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1112/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, pois amplia o escopo das pessoas jurídicas passíveis de usufruto de crédito presumido referente à Cofins (regime não cumulativo), que é calculado sobre o valor dos pagamentos efetuados por determinados serviços contratados. Dessa forma, a medida reduziria a arrecadação potencial do fisco, o que constituiria renúncia de receitas tributárias com repercussões orçamentárias e fiscais que poderiam dificultar a estratégia de reequilíbrio das contas públicas e o planejamento fiscal de médio prazo, em violação ao disposto no art. 113 do <a href="#">Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a>. Além disso, a medida contrariaria o disposto no art. 14 da <a href="#">Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal</a>, nos art. 124, art. 125 e art. 136 da <a href="#">Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022</a>, e no art. 143 da <a href="#">Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023</a>, visto que não contém cláusula de vigência máxima de cinco anos.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

**Estudo do Veto nº 47/2022**

<b>DISPOSITIVO VETADO</b>	<b>ITEM 47.22.002</b>
	<p><b>§ 2º-A do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pelo art. 19 do projeto:</b></p> <p><i>A partir de 1º de janeiro de 2023, na hipótese de ocorrência de acúmulo de crédito remanescente, resultante da diferença da alíquota aplicada na importação do bem e da alíquota aplicada na sua revenda no mercado interno, conforme apuração prevista neste artigo e no art. 17 desta Lei, a pessoa jurídica importadora poderá utilizar o referido crédito remanescente para fins de restituição, ressarcimento ou compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e a contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria.</i></p>
<b>ASSUNTO</b>	Utilização de créditos do PIS/Pasep e da Cofins para abater débitos tributários
<b>EXPLICAÇÃO DO ITEM</b>	Idem
<b>RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO</b>	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, pois, ao autorizar a utilização de créditos de PIS/Pasep e Cofins para abater débitos tributários, provocaria a renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem apresentar a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, em violação ao disposto no art. 113 do <a href="#">Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a>. Além disso, a proposição legislativa contrariaria o disposto no art. 14 da <a href="#">Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal</a>, no art. 136 da <a href="#">Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022</a>, e no art. 143 da <a href="#">Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023</a>, visto que não contém cláusula de vigência máxima de cinco anos.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

**Estudo do Veto nº 47/2022**

<b>DISPOSITIVO VETADO</b>	<b>ITEM 47.22.003</b>
	<b>§ 4º do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, com a redação dada pelo art. 23 do projeto:</b> <i>Para operações de crédito realizadas no âmbito do Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar), a taxa de juros referida no "caput" deste artigo terá condições favorecidas ao tomador.</i>
<b>ASSUNTO</b>	Taxa de juros mais favorável para operações de crédito no âmbito do Programa Renovar
<b>EXPLICAÇÃO DO ITEM</b>	Idem
<b>RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO</b>	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, ao estabelecer circunstâncias mais vantajosas ao tomador em relação às taxas de juros nas operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Renovar, pois isso acarretaria a redução de receitas financeiras destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e a ampliação dos subsídios implícitos da dívida pública do Tesouro Nacional, em violação ao disposto no art. 113 do <a href="#">Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</a>. Além disso, a proposição legislativa contrariaria o disposto no art. 124 da <a href="#">Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022</a>.</p> <p>Adicionalmente, destaca-se que a medida implicaria em aumento do subsídio creditício da União por meio do FAT em um contexto de restrição fiscal e representaria possível comprometimento da estrutura da composição da TLP, o que configuraria risco fiscal relevante.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>